

FREDERICO MAZZUCHELLI

Os anos de chumbo
Economia e política internacional
no entreguerras

1ª edição
Campinas, 2009



**O CAPITALISMO TUTELADO:
NOTAS SOBRE A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
SOB O NAZISMO**

Quando sondado para reassumir a Presidência do Reichsbank (cargo que já ocupara entre outubro de 1923 e março de 1930), Schacht (1999: 369) manteve, em março de 1933, o seguinte diálogo com Hitler:

— *Senhor Schacht, certamente estamos de acordo que no momento só pode haver uma tarefa realmente urgente para o novo governo: acabar com o desemprego. Para isso é necessária uma verba muito grande. O senhor vê uma possibilidade, fora do Reichsbank, de conseguir essa quantia?*

— *Senhor chanceler, concordo plenamente com o senhor que é necessário pôr um fim ao desemprego. O que se pode tirar de outras fontes será muito pouco para essa tarefa. Não há como não recorrer ao Reichsbank.*

Hitler refletiu a respeito e então fez a pergunta (...):

— *Tem ideia da quantia em questão?*

Respondi:

— *Acredito que hoje seja completamente impossível citar qualquer quantia em números. Não está absolutamente definido com quais encomendas podemos ou queremos reaquecer a economia.*

— *Mas tem de poder me dizer qual o volume da ajuda que o Reichsbank pode e deve prestar.*

— *Senhor chanceler, não posso realmente lhe citar uma quantidade. Minha opinião é a de que é preciso pôr fim ao desemprego e que o Reichsbank por isso tem de dispor de tanto quanto for preciso para tirar o último desempregado da rua.*

O diálogo revela dois aspectos bastante claros: a gravíssima situação do desemprego na Alemanha em inícios de 1933 e a disposição política inequívoca do novo governo em enfrentá-la através de quaisquer métodos. Segundo Overy (2002: 38), em meados de 1929 havia 20 milhões de trabalhadores empregados em tempo integral na Alemanha. Em janeiro de 1933 esse número caiu para 11,4 milhões de trabalhadores, o que representou uma perda próxima de 9 milhões de empregos. O desemprego registrado, que alcançava 1,25 milhão de trabalhadores em julho de 1929, saltou para mais de 6 milhões de trabalhadores em janeiro de 1933. A redução do emprego foi maior que a elevação do desemprego registrado porque uma enorme parcela de trabalhadores — em face das dramáticas dificuldades então vividas — simplesmente deixou de procurar empregos e, dessa forma, foi excluída das estatísticas regulares. Aos 6 milhões de desempregados formais se somavam, assim, cerca de 3 milhões de desempregados ocultos. Foram estes milhões de homens e mulheres abandonados à própria sorte, e os milhões de alemães que sofriam, de forma variada, os efeitos devastadores da depressão, que sufragaram maciçamente os nazistas nas eleições de julho e novembro de 1932 e março de 1933.²⁹⁸

O combate ao desemprego converteu-se no objetivo imediato de Hitler. Somente através da redução e da virtual eliminação do desemprego é que seus demais objetivos poderiam ser alcançados. De nada adiantariam as pregações em favor da “nova ordem”, do reerguimento da Alemanha, da afirmação nacional, do “espaço vital” ou da depuração racial, enquanto milhões de alemães permanecessem desempregados. Era necessário mobilizar todas as forças para empreender uma ação fulminante contra o desemprego. A “Batalha pelo Emprego” deveria ser travada de modo a produzir resultados imediatos. Não importavam nem os métodos nem os meios: quando um con-

298. Nas eleições de julho de 1932 os nazistas obtiveram 13,7 milhões de votos (37,3% do total de votos). Em novembro do mesmo ano sua votação caiu para 11,7 milhões (33,1% do total); nesta eleição cresceu a votação dos direitistas agrupados no DNVP (já então claramente alinhados aos nazistas, com 8,3% do total dos votos) e dos comunistas, que chegaram a 16,3% dos votos. Em março de 1933, já com Hitler como Chanceler, os nazistas obtiveram 43,9% dos votos (Kolb, 1998: 195).

servador da envergadura de Schacht declarou ao Führer que o Reichsbank deveria ser mobilizado na luta tenaz contra o desemprego, não era apenas a sua nomeação que estava garantida. Estava claro, também, que os preceitos ortodoxos estavam irremediavelmente condenados na Alemanha.

AS RECOMENDAÇÕES ORTODOXAS E A PERSPECTIVA NAZISTA

Desde o Tratado de Versailles as recomendações ortodoxas pontilharam a vida da Alemanha. Na verdade, o espectro da deflação sempre rondou a República de Weimar. Foi assim com a carga de reparações arbitrada em 1921: somente através de um enorme esforço fiscal e da contração das importações seria possível arcar com o ônus imposto pelos aliados. Foi assim, também, com as propostas deliberadas pela Comissão Dawes em 1924: a Alemanha deveria produzir superávits fiscais, conter os salários e limitar o crescimento das importações. Foi assim, por fim, com as medidas empreendidas por Brüning: o arsenal deflacionário do corte de gastos e salários foi utilizado em um esforço derradeiro para tentar preservar a “confiança” dos investidores e demonstrar à exaustão a impossibilidade do pagamento das reparações.

A Alemanha, ao longo desses anos, navegou perigosamente ao sabor das circunstâncias. Entre 1921 e 1922 conseguiu escapar dos preceitos contracionistas de Versailles, para cair logo adiante na hiperinflação selvagem. Entre 1924 e 1928 fugiu do receituário ortodoxo do Plano Dawes, porque o próprio Plano suscitou uma avalanche de créditos externos que estimularam a economia alemã por um breve período. A partir de 1929, com a reversão do fluxo de empréstimos internacionais, as opções econômicas se estreitaram. Ou o país permanecia nos marcos do padrão-ouro e praticava os “ajustamentos” requeridos, ou mergulharia no desconhecido. Tornou-se praticamente impossível desviar da rota da ortodoxia. A deflação de Brüning, contudo, apenas contribuiu para transfigurar uma recessão em curso em uma depressão voraz.

O que se percebe é que os preceitos ortodoxos — combinados com a insistência paranoica dos aliados em impor uma carga de reparações despropositada — revelaram-se sistematicamente incapazes de proporcionar qualquer perspectiva de estabilidade e prosperidade para a Alemanha ao longo da República de Weimar. Desde a hiperinflação, o crescimento da economia alemã foi apenas espasmódico, incapaz de reduzir de modo du-

radouro o desemprego e de oferecer perspectivas promissoras para parcelas relevantes da agricultura e para um vasto contingente de pequenos e médios produtores e comerciantes nas cidades. Foi sobre essa base social de deserdados da economia de mercado que o nazismo se apoiou. Quando a depressão se aprofundou, os nazistas souberam captar o descontentamento dos milhões de alemães abandonados ao desalento pela crise econômica e pelas políticas "austeras" do gabinete Brüning. As políticas de Hitler, em contraposição, deveriam se afastar radicalmente da ortodoxia.

O nazismo, na verdade, não se opôs apenas de modo circunstancial aos mandamentos da ortodoxia. Ele, desde o início, sempre foi constitutivamente antagônico aos dogmas do liberalismo e da exaltação do mercado. Para o nacional-socialismo, a experiência da Alemanha tornara-se o exemplo vivo de que a regulação dos mercados era injusta e abominável. Afinal não tinham sido as forças do mercado que haviam produzido a hiperinflação, a vulnerabilidade externa e a depressão? Ao contrário da visão liberal, para os nazistas o mercado sempre representou uma fonte permanente de assimetrias, injustiças e desigualdades. A Nova Ordem propugnada pelos nacional-socialistas representava a única alternativa factível à disjuntiva liberalismo *vs.* comunismo. Nela, os interesses da sociedade e da nação somente seriam contemplados mediante as ações "conscientemente" conduzidas pelo Estado. A lógica do Estado deveria se sobrepor à lógica dissolvente dos interesses privados. Os nazistas, segundo Barkai (1990: 10), "proclamavam sua rejeição ao liberalismo, ou seja, à livre concorrência e à regulação da economia pelos mecanismos do mercado; estes deveriam ser substituídos pelo 'dictum' da supremacia do Estado, e pelo direito de o Estado intervir em todas as esferas da vida, incluindo a economia".

Daí decorreu uma visão tipicamente instrumental da economia: a economia deveria se subordinar à política. Longe de ser o território da maximização de lucros, a economia deveria se converter em um instrumento de poder (Overy, 1996: 36; 2002: 1). Isso não necessariamente significava a socialização dos meios de produção; o que importava era que o Estado tivesse o comando e o controle sobre as atividades principais dos bancos, da agricultura e da indústria. A economia deveria ser conduzida em consonância com as prioridades determinadas pelo Estado. Este, por seu turno, deveria se guiar pelos preceitos do nacional-socialismo. As palavras de Schacht, na apresentação da Lei Bancária de dezembro de 1934, ilustram essa perspectiva: "O socialismo alemão significa que o desenvolvimento da vida econômica nacional não decorre da ação de mecanismos espontâ-

neos, mas que o Estado, zelando pelo povo, deverá supervisionar a condução das tarefas econômicas, e mesmo em certa medida assumir a responsabilidade por elas. (...) O núcleo da nova ordem é a criação de uma moeda e de um mercado de capitais que sejam adequados aos imperativos do Estado Nacional-socialista" (Barkai, 1990: 211).

Cabem, aqui, algumas considerações. Em primeiro lugar, é óbvio que a crítica ao liberalismo e ao mito da autorregulação dos mercados não era privilégio dos nazistas. No próprio espectro político alemão, tanto os social-democratas como os comunistas eram explicitamente céticos em relação às supostas virtudes da livre concorrência. Na verdade, a tradição intelectual local, desde List e da Escola Histórica Alemã, sempre foi refratária e crítica em relação ao liberalismo econômico (Screpanti & Zamagni, 1995: 91-3). A Alemanha nunca foi um país de tradição liberal, à maneira da Inglaterra. Ao mesmo tempo, as incertezas da Europa no pós-guerra haviam criado uma atmosfera francamente desfavorável ao *laissez-faire*. Quer à direita ou à esquerda, era visível o desconforto em relação à pregação liberal. Uma das dimensões mais relevantes da *Inter-War Crisis*, magnificamente descrita por Overy (1995), foi exatamente o abalo da fé na capacidade de regulação dos mercados. Na própria Inglaterra, aliás, Keynes já havia publicado em 1926 o contundente *The End of Laissez-Faire*. Se a crítica estava no ar, a violência da depressão fulminou de vez os preceitos econômicos liberais. Na Alemanha, em particular, não era mais possível persistir com as políticas tradicionais preconizadas pela ortodoxia do padrão-ouro. A experiência de Brüning revelara-se completamente desastrosa: a deflação produziu milhões de desempregados que, a qualquer momento, poderiam se converter em presa fácil dos comunistas.

Os nazistas comungavam, portanto, de uma aversão difundida à pregação econômica liberal. Sua crítica, contudo, dispunha de alguns artifícios particulares: se o Estado deveria se contrapor à lógica predatória da concorrência, em sua avaliação era fundamental que as "razões do Estado" emanassem da vontade do Führer. A repulsa aos princípios da livre concorrência veio, assim, de mãos dadas com o repúdio à democracia parlamentar. Na visão dos nazistas, a exacerbação das ações particularistas — que resultavam na degradação das condições econômicas e sociais — só poderia grassar no território permissivo do Parlamento. Este não era visto como a instância política em que se forjava o interesse público, mas como o terreno movediço em que infiltravam os inimigos da nação. Os nazistas, em suma, transformaram o liberalismo econômico em sinônimo da democracia parlamentar

e fulminaram ambos. O contraponto com o New Deal de Roosevelt é evidente: enquanto este — respeitando as regras democráticas — desenhou um novo marco institucional e impôs um conjunto de regulações destinadas a ordenar e disciplinar o funcionamento da concorrência, na Alemanha a economia foi discricionariamente submetida aos desígnios do Führer.

Ao mesmo tempo, a crítica nacional-socialista não tardou em localizar na ganância de alguns grupos a responsabilidade pelas mazelas sofridas pela Alemanha.²⁹⁹ Os sindicatos, de um lado, haviam produzido uma aristocracia operária, cujo corporativismo — na visão dos nazistas — se contrapunha aos interesses gerais da Nação. Da mesma forma, era fundamental que a Alemanha se libertasse da “escravidão dos juros”, vale dizer dos especuladores e banqueiros inescrupulosos (prontamente identificados com os judeus) que se locupletaram na hiperinflação e que continuavam a corroer a saúde da economia alemã. Em breves palavras: os nazistas se apropriaram da crítica ao liberalismo para levarem adiante seus projetos delirantes de poder. Sua crítica trazia implícita a destruição das mais elementares normas da vida democrática. O fechamento dos sindicatos, a dizimação dos comunistas, a perseguição aos judeus e o comando absoluto sobre a economia converteram-se em dimensões distintas de um mesmo processo: a busca fanática do reerguimento econômico e moral da Alemanha.

Um outro aspecto que convém salientar é que, se a economia foi posta a serviço da política, fica claro que o nazismo — ao contrário do que supõe um certo marxismo — não foi o instrumento político do capital monopolista alemão. A brutal centralização das decisões imposta pelo nazismo antes indica o contrário: o grande capital foi tutelado e colocado à mercê dos projetos do Estado Nacional-socialista. É claro que alguns grupos — sobretudo da indústria pesada — se beneficiaram extraordinariamente das políticas nazistas. Todos se sentiram particularmente gratos com o fechamento dos sindicatos já em maio de 1933, com a redução das taxas de juros e com as generosas encomendas do Estado. Mais ainda, tornou-se inevitável que ao longo deste processo se estabelecessem relações promíscuas entre grandes grupos econômicos e determinadas lideranças do nazismo (o caso de Göring, que coordenou o Plano Quadrienal de 1936, é sempre lembrado). O ponto central, contudo, não é esse. O fato essencial

299. “Em geral, os nazistas atribuíam as dificuldades econômicas a razões políticas — a influência do marxismo sobre a classe trabalhadora, as maquinações do judaísmo internacional, a vingança das potências ocidentais — e ofereciam, em consequência, soluções políticas aos problemas — a destruição dos sindicatos, o rearmamento, a ‘biologia’ política” (Overy, 2002: 4).

é que o comando da política econômica foi direcionado para objetivos que escapavam ao controle, e até mesmo aos interesses estratégicos, dos grandes industriais e banqueiros. Se a estes interessava o rearmamento e a militarização, seguramente não interessava uma guerra das proporções que assumiu o segundo conflito mundial. No caso dos bancos, como se verá, sua situação desde a crise de 1931 era de notória fragilidade e de clara subordinação ao Reichsbank. Sua grande “vitória” na Lei Bancária de 1934, foi que Schacht conseguiu impedir a nacionalização pura e simples do sistema bancário pretendida pela ala mais radical comandada por Gottfried Feder. Na verdade, ao longo de todo o nazismo os bancos permaneceram como meros coadjuvantes laterais das políticas desenhadas pelo Reichsbank: “cada vez mais, os bancos se tornaram meros intermediários, carregando títulos governamentais e auxiliando na tarefa de manter a circulação monetária na forma pretendida pelo governo” (Overy, 1996: 43). As conclusões de Schoenbaum e Barkai (1990: 17), a propósito das relações entre o nazismo e o mundo dos negócios, são precisas: “O ‘status’ dos negócios no Terceiro Reich foi, na melhor das hipóteses, o produto de um contrato social entre parceiros desiguais, em que a submissão era a condição do ‘sucesso’ (...) Isso significou que os capitães da indústria no Terceiro Reich ocuparam a posição de sócios subalternos (*‘sleeping partners’*), auferindo lucros generosos, mas sem ter voz ativa na ‘condução das empresas’. (...) A comunidade dos negócios não opinava sobre os objetivos estratégicos da política econômica; no máximo, tinha uma parcial e limitada influência sobre a forma pela qual esta política era implementada”.³⁰⁰

AS DESPESAS MILITARES E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Os historiadores estão longe de um consenso em relação ao papel do rearmamento na recuperação da economia alemã sob o nazismo. Um argumento bastante difundido é que, desde a assunção de Hitler ao poder em 1933, a preparação para a guerra foi vital para resgatar a economia alemã dos escombros da depressão. A forte recuperação econômica e a drástica redução do desemprego até 1936 teriam resultado da acentuada expansão dos gastos militares promovida pelos nazistas. A “Batalha pelo Emprego” e

300. Destaquem-se, na mesma linha, as observações de Overy (1996: 55-7). Em sua avaliação, “o fascismo na Alemanha foi um movimento de massas conduzido ao poder em conluio com uma elite tradicional e falida, e não um fantoche dos grandes negócios”.

a "Reconstrução das Forças Armadas" — objetivos explicitamente acalentados por Hitler³⁰¹ — seriam, assim, as duas faces de uma mesma moeda. Tratar-se-iam de metas complementares, perfeitamente articuladas em torno de um propósito maior, que seria a deflagração da guerra. A virtual eliminação do desemprego teria sido a decorrência direta do crescimento das demandas militares. Ao expandirem a produção de armamentos os nazistas teriam, com um só golpe, promovido a vasta criação de empregos, unido politicamente o país e preparado a Alemanha para a guerra.

Os trabalhos de Overy (1996; 2002) permitem que se estabeleça uma qualificação à interpretação acima esboçada. Em sua avaliação, o combate ao desemprego e o rearmamento não necessariamente se confundiram. Em um primeiro momento (até 1936), a busca da recuperação econômica geral e da criação de empregos parece ter se sobreposto aos imperativos do rearmamento. Através do crescimento dos gastos públicos (financiados pela expansão da dívida pública), de subsídios, do direcionamento do crédito e do reescalonamento dos débitos, a política econômica foi explicitamente orientada no sentido de estimular os setores relevantes em sua capacidade de criar e preservar empregos (construção rodoviária, indústria automobilística, construção residencial e agricultura). Segundo Overy, foi somente a partir de 1936 que os gastos militares passaram a ter primazia absoluta na estratégia econômica do Terceiro Reich: "apenas quando a recuperação se firmou como um fato consumado em 1936, e quando o movimento nazista se fortaleceu politicamente e se tornou menos dependente das elites tradicionais, é que foi possível acelerar o rearmamento e reestruturar a indústria e a força de trabalho em prol das prioridades militares" (2002: 10-1). Isso não significa desconsiderar a relevância dos gastos militares e do objetivo estratégico da guerra na "primeira etapa" da recuperação. Tanto as despesas militares foram relevantes até 1936, como a preparação para guerra sempre foi um projeto primordial para Hitler. A importância da investigação de Overy é que ela permite identificar fases, momentos e inflexões na trajetória do nazismo a partir de 1933. De início, era necessário reerguer economicamente a nação, arrasar os inimigos internos, estabelecer um consenso político básico em relação às propostas nacional-socialistas e — destaque-se — não suscitar o temor e a desconfiança dos vizinhos europeus. Apenas em um segundo momento é que os imperativos do rearmamento deveriam

301. "Reunido com seus colegas de gabinete em 9 de fevereiro de 1933, para discutir os programas de criação de emprego, Hitler enfatizou que, no longo prazo, 'o futuro da Alemanha depende única e exclusivamente da reconstrução das Forças Armadas'." Overy (2002: 4).

ser enfrentados. Com o rearmamento em curso seria possível ampliar o "espaço vital" e as áreas de influência da Alemanha na Europa Central. Somente a partir de então, consolidada a recuperação econômica, ampliada e modernizada a infraestrutura, desenvolvidos os setores estratégicos (petróleo, química, aviação, construção naval) e concluído o rearmamento, é que a perspectiva da "guerra total" deveria ser enfrentada.³⁰²

Essa questão deve ser analisada em detalhes. Em 1932 a prostração da economia alemã era evidente. O investimento privado líquido era negativo e o desemprego alcançava proporções alarmantes. Já se observou que, entre meados de 1929 e inícios de 1933, cerca de 9 milhões de empregos foram perdidos na Alemanha. A instabilidade política, as consequências da crise bancária de 1931, a contração do comércio mundial e o colapso das expectativas indicavam que um processo "espontâneo" de recuperação dificilmente seria factível. Não é essa, contudo, a opinião de James (1993: 81), para quem "a visão mais plausível para os estágios iniciais da recuperação — os primeiros dois anos, 1933 e 1934 — seria a de uma recuperação cíclica relativamente espontânea. (...) Até 1934-35 (...) houve uma recuperação 'normal' surpreendentemente dinâmica".

Procurar dissociar a recuperação da economia alemã da ação determinante dos nazistas é, entretanto, uma tarefa inglória. Para além da identificação de variações marginais em alguns indicadores, seria necessário encontrar uma inflexão "espontânea" na disposição de gasto dos industriais, agricultores e consumidores e na concessão de crédito pelos bancos, o que — em um quadro de inadimplência generalizada, desemprego, contração de renda, aversão ao risco e frustração das expectativas — não apenas era algo praticamente improvável, como economicamente impossível. Seria necessário admitir, ademais, que a recuperação se firmaria em qualquer cenário político. Em fins de 1932, a Alemanha era uma nação arrasada do ponto de vista econômico e irredutivelmente dividida do ponto de vista político. A tentativa de descobrir uma recuperação "espontânea", nesse contexto, ten-

302. Segundo Overy (2002: 24-5) a precipitação da guerra na Europa em 1939 resultou de um erro de cálculo de Hitler. A avaliação do *Führer* era que a ocupação da Polônia não suscitaria a reação militar da Inglaterra e da França: "a eclosão de uma guerra geral na Europa em 1939 parece ter resultado de um erro de cálculo da parte de Hitler. Ele pretendia levar adiante a sua principal guerra apenas três ou quatro anos mais tarde, quando a economia e as forças armadas estivessem preparadas. (...) Sua convicção de que os estados ocidentais não interviriam para salvar a Polônia não estava baseada em mero *wishful thinking*, mas no que Hitler julgava ser um cálculo razoável da força e das fraquezas dos países ocidentais. (...) Quando a guerra eclodiu em setembro, a economia alemã não estava ainda preparada. O 'armamento em profundidade' estava a alguns anos de ser completado". Ver, também, Overy (1998: 79-83).

de a minimizar as complexas determinações que incidem sobre a formação do estado de confiança (Keynes, 1965: 136). Ela sugere, ademais, uma visão de teor mecanicista em relação à natureza das flutuações econômicas: independentemente das circunstâncias mais gerais (sabidamente desfavoráveis no caso da Alemanha), os supostos “componentes endógenos do ciclo econômico” é que teriam suscitado a recuperação... Os fatos dificilmente apoiam essa interpretação.

Na verdade, foi a firme decisão dos nazistas que estimulou e orientou a recuperação da economia alemã a partir de 1933. Entre 1932 e 1936 o crescimento real do produto nacional foi de 41%, o que representou uma taxa média anual de 9%. O desemprego registrado caiu de uma média de 5,6 milhões de trabalhadores desocupados em 1932 para 1,6 milhão em 1936. A recuperação decorreu de um conjunto de iniciativas deliberadamente empreendidas pelos nazistas, dentre as quais se destaca, em primeiro lugar, a expansão dos gastos públicos. No período acima considerado, o consumo pessoal passou de 44,9 bilhões de RM para 51,9 bilhões. Como se vê, tratou-se de um crescimento nitidamente modesto. Já os gastos públicos com a aquisição de bens e serviços saltaram de 9,5 bilhões de RM para 21,9 bilhões em 1936. É impossível escapar à conclusão de que a recuperação foi comandada pela expansão dos gastos públicos. Na avaliação de Overy (1996: 34; 36), “o investimento e o gasto público em larga escala estão no centro da recuperação, e são sua explicação primeira. (...) A recuperação da economia alemã foi um exemplo de crescimento liderado pelo estado (*state-led growth*), em uma economia ainda ostensivamente capitalista”. Barkai (1990: 158), da mesma forma, assinala que “a principal fonte do crescimento, que impulsionou a economia alemã das profundezas da depressão ao pleno emprego em menos de quatro anos, foi a demanda do setor público”.

A partir dessa constatação coloca-se a questão relativa ao destino dos gastos. Destaque-se, de início, a relevância dos programas emergenciais de criação de emprego em 1933 e 1934. Segundo as estimativas de Barkai (1990: 252) cerca de 5 bilhões de RM foram aplicados em tais programas nos dois anos. Os recursos foram destinados às obras civis ligadas à conservação de estradas, pontes e edifícios públicos; à ampliação da malha rodoviária; à conservação e melhoria do solo e à construção residencial. Os gastos relativos à construção de rodovias permaneceram e se expandiram nos anos subsequentes, em clara articulação com os estímulos concedidos à expansão da indústria automobilística. Os incentivos à construção

habitacional, de sua parte, marcaram um visível contraponto em relação às experiências emergenciais do New Deal, já que este se revelou incapaz de promover iniciativas relevantes para o setor. O impacto dos programas emergenciais foi expressivo: no final de 1934 calcula-se que cerca de 1 milhão de trabalhadores estavam empregados nos distintos programas, excluindo-se os ocupados na construção residencial. Nesse caso, mais 750 mil trabalhadores permaneciam empregados no inverno de 1933-34 (Overy, 1996: 46).

A gênese dos programas emergenciais remete ao final da República de Weimar. Os gabinetes Von Papen e Schleicher ensaiaram os primeiros passos, mas a fragilidade política desses governos e a timidez de suas ações redundaram em resultados pífios. No caso de Schleicher, é interessante destacar que o Plano Gereke (que levou o nome de seu autor, Günther Gereke), para o qual foram destinados 500 milhões de RM, teve a singularidade de estabelecer um programa de financiamento pioneiro — fundo no desconto de títulos de companhias privadas fictícias pelo Reichsbank (na verdade, emissão monetária) —, que se tornaria precursor das *MEFO bills* de Schacht. Os nazistas se apropriaram dos programas então existentes e, através dos dois Planos Reinhardt de 1933 (de 1,5 bilhão de RM), se lançaram à luta tenaz contra o desemprego. É importante destacar que os gastos emergenciais não se confundiram com as despesas associadas ao rearmamento da Alemanha, e praticamente a elas equivaleram: “em 1933 e 1934, a maior parte dos gastos públicos associados à criação de empregos foi em projetos de caráter não militar” (Overy, 2002: 6). De acordo com a Tabela 8.1, os gastos relativos ao rearmamento totalizaram 4,8 bilhões de RM em 1933-34, cifra próxima dos recursos alocados nos programas emergenciais.

A partir de 1935, com a recuperação já em curso, os nazistas praticamente decretaram o fim dos programas emergenciais. O gasto público passou, então, a ser direcionado de modo crescente para o rearmamento.

A observação da Tabela 8.1 revela a clara expansão dos gastos relativos ao rearmamento a partir de 1936. A partir de então, as despesas militares passaram a alcançar patamares próximos a 50% do total dos gastos públicos. Em 1936 os gastos públicos diretamente associados ao rearmamento já representavam mais de 15% do total da renda nacional, uma cifra extraordinariamente expressiva. A orientação da política econômica, nitidamente, se inclinou de maneira cada vez mais explícita para o fortalecimento militar da Alemanha. Nesta quadra, o II Plano Quadrienal, sob

TABELA 8.1

ALEMANHA: DESPESAS COM O REARMAMENTO, GASTO PÚBLICO E
RENDA NACIONAL (1933-38) [BILHÕES DE RM]

	Despesas com o Rearmamento (1)	Gasto Público em Bens e Serviços (2)	Renda Nacional (3)	% (1) / (2)	% (1) / (3)
1933	1,8	10,1	42,5	17,8	4,2
1934	3,0	14,6	49,0	20,5	6,1
1935	5,4	16,6	55,3	32,5	9,8
1936	10,2	21,9	62,1	46,6	16,4
1937	10,9	23,5	69,9	46,4	15,6
1938	17,2	31,3	78,3	55,0	22,0

Fontes: (1): Overy (1996: 48); (2): Barkai (1990: 262); (3): Barkai (1990: 257)

o comando de Göring, representou a afirmação definitiva do Reich em levar adiante um programa acelerado de rearmamento, acima de quaisquer outras considerações de natureza política ou econômica: na avaliação de Overy (2002: 15), "em 1936, a economia alemã estava em uma encruzilhada. Uma direção levava à reintegração com a economia mundial, a maiores níveis de exportação, à expansão do consumo doméstico e à redução do investimento público. Outra direção conduzia à autossuficiência, ao controle das transações comerciais, à produção militar e a maiores controles por parte do Estado. (...) Hitler, em 1936, não podia mais contemporizar quanto à escolha a ser seguida. Durante o verão ele deu as costas a qualquer opção moderada, e se lançou firmemente à autarquia e ao rearmamento. A mudança de rumo em 1936 foi particularmente crítica (...)". Barkai (1990: 220-2), da mesma forma, localiza em 1936 o *turning point* da economia alemã sob o nazismo: "Assim (...) os critérios quantitativos indicam que a economia alemã ingressou em um estágio de preparação acelerada para a guerra no início de 1936. Esse ponto de inflexão foi documentado pela proclamação do Plano Quadrienal e pelo memorando de Hitler anunciando as linhas-mestras do Plano. (...) De 1936 em diante, uma vez alcançado o pleno emprego, o objetivo subsequente foi a preparação para a guerra de expansão".

Em síntese, a análise do direcionamento dos gastos públicos no Terceiro Reich revela a existência de dois momentos distintos: entre 1933 e 1935, a prioridade foi a utilização dos recursos para as atividades associadas à

rápida redução do desemprego (construção civil, notadamente), o que não significa desconsiderar a relevância das despesas militares. A partir de 1936 o rearmamento passou a absorver a maior parcela dos recursos públicos. O crescimento das encomendas militares e a indicação de Göring para a coordenação do II Plano Quadrienal (com o conseqüente deslocamento de Schacht) indicavam a progressiva adequação da economia aos projetos expansionistas de Hitler.

A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO

Como se estruturou o financiamento dos gastos públicos? A resposta a essa questão remete a um fato crucial na condução da política econômica sob o nazismo: a completa subordinação do sistema financeiro aos objetivos do nacional-socialismo. Não fora o controle exercido sobre os bancos e intermediários financeiros, e dificilmente os nazistas teriam alcançado seus objetivos. O financiamento dos gastos públicos supunha a transferência, em larga escala, dos recursos líquidos do sistema (as poupanças privadas) para o Estado. Através do controle *de facto* exercido sobre o sistema financeiro foi possível expandir e financiar a dívida pública em condições extremamente favoráveis ao Tesouro. Entre os anos fiscais de 1933 e 1934 e 1938 e 1939 — além da emissão de 12 bilhões de RM em *MEFO bills* — a dívida pública saltou de 13,9 bilhões de RM para 41,7 bilhões de RM, sem que se produzisse nenhuma pressão sobre a taxa de juros. Antes o contrário, à medida que a economia se aproximava do pleno emprego as taxas de juros se reduziam. Isso só se tornou possível porque, através dos controles estabelecidos sobre o conjunto do sistema, os nazistas conseguiram que a liquidez fluísse sem maiores problemas para os canais por eles determinados. Esse é um aspecto absolutamente central da "economia de comando" descrita por Neumann (1966: 316-27).

Na verdade, não foi difícil submeter os bancos às prioridades do nacional-socialismo. Desde a crise de 1931 a situação dos bancos alemães era de notória fragilidade, e a crise não fez senão aumentar o controle do Reichsbank sobre o sistema. A autoridade monetária, em 1931 e 1932, não só participou de inúmeras operações de "salvamento", como estabeleceu um conjunto de regulações destinadas a disciplinar o funcionamento do sistema: "a crise de 1931 atingiu duramente os bancos. (...) Para salvar o sistema bancário do colapso completo, o Estado assumiu parte considerável do

controle acionário dos bancos (...). Esses fatos fortaleceram enormemente a posição estratégica do Reichsbank, que se tornou o principal acionista de alguns dos maiores bancos" (Barkai, 1990: 207-8). Quando os nazistas ascenderam ao poder, encontraram os bancos em uma posição precária. As medidas que então levaram a efeito submeteram de vez os bancos a seus desígnios. Dois fatos merecem, aqui, especial consideração: o comando do Estado sobre as instituições de poupança, e as limitações à distribuição de dividendos na indústria.

Uma das consequências da crise de 1931 foi a redução dos depósitos bancários e a maciça transferência de recursos para as instituições de poupança, fundada na percepção dos depositantes quanto à maior segurança por elas representada. Em 1932 os depósitos em poupança totalizavam 14,8 bilhões de RM, ante 8,8 bilhões de RM em depósitos bancários. Já nos primeiros meses de 1933 os nazistas indicaram um homem de sua estrita confiança (Werner Daitz) para a Presidência da Associação Nacional das Instituições de Poupança. As relações que se estabeleceram entre o nacional-socialismo e essas instituições tornaram-se, a partir de então, estreitas, o que facilitou enormemente a aplicação de seus recursos nos títulos da dívida alemã (Barkai: 1990: 201; 210-3). Em 1936 os depósitos nas instituições de poupança haviam crescido para 19,2 bilhões de RM, ao passo que os depósitos bancários haviam caído para 8 bilhões de RM.

No que se refere às indústrias, o virtual congelamento dos salários e as concessões fiscais — como se verá mais adiante — redundaram na elevação dos lucros. Na medida em que foram impostas sérias restrições à distribuição de dividendos, foi possível cancelar os débitos pretéritos e promover a acumulação interna de recursos. A acumulação de recursos próprios teve como decorrência a redução da demanda de crédito por parte das indústrias. Estas puderam levar adiante seus projetos de investimento sem necessariamente recorrer aos empréstimos bancários. Os bancos, dessa forma, se encontraram "sitiados" pelo Estado e pelas instituições de poupança, e "ignorados" pela indústria. Barkai (1990: 213) refere-se a uma "política deliberada do governo, destinada a reduzir o volume do crédito bancário na medida do possível". Neumann (1966: 319; 322), de sua parte, assinala "a primazia do autofinanciamento sobre o endividamento" e localiza no nazismo uma fase particular nas relações entre os bancos e as indústrias, com estas em visível superioridade avançando sobre os bancos, "conquistando-os" e assumindo o papel de autênticos "capitalistas financeiros".

O fato é que os bancos privados ficaram à mercê do nacional-socialismo. A plataforma nazista, a rigor, sempre foi hostil aos bancos. Desde o programa de 1920 (Neumann, 1966: 228; 320) — elaborado sob a inspiração de Gottfried Feder — os bancos foram estigmatizados como os promotores da "escravidão dos juros", como a materialização do "capital predatório", em contraposição ao capital produtivo. As propostas referentes à sua nacionalização sempre estiveram presentes no horizonte das discussões entre os nazistas. Quando em 1933 foi organizado o comitê destinado a elaborar investigações e sugestões para o sistema bancário, um frio percorreu a espinha dos bancos. As presenças de Gottfried Feder e Wilhelm Keppler nas discussões indicavam que o pior (a nacionalização) poderia ocorrer. Não ocorreu porque Schacht — na qualidade de presidente do Reichsbank, diretor do comitê e desafeto manifesto de Fedder (Schacht, 1999: 395) — conseguiu impor seus pontos de vista. Com a Lei Bancária de dezembro de 1934, os bancos escaparam da nacionalização, mas tiveram de se submeter a um aparato de regulações que reforçaram ainda mais o controle do Reichsbank sobre o conjunto do sistema (Barkai, 1990: 208-9).

Debilitados pela crise de 1931, premidos pelas regulações, acudados pelo crescimento das instituições de poupança tuteladas pelo Estado e passivos diante da acumulação interna de lucros na indústria,³⁰³ os bancos — ao longo de todo o nazismo — converteram-se em peças anclares à disposição do Reichsbank. Referindo ao *status* dos bancos em maio de 1938, um periódico da época observou: "A Grande Depressão desencadeou a revolução bancária; o nacional-socialismo conduziu-a adiante. (...) Em larga escala, os bancos privados assumiram o caráter de bancos públicos, sem ter sido nacionalizados. (...) Eles se tornaram assistentes obedientes do Reichsbank" (Barkai: 1990: 216-7). Foi só com a apropriação dos espólios da guerra que os bancos alemães voltariam a conhecer dias prósperos.³⁰⁴

A submissão dos bancos facilitou a transferência da liquidez do sistema para o Estado, em condições não onerosas para o Tesouro. As palavras de Schacht, no famoso discurso de Königsberg em agosto de 1935, não apenas exprimem as curiosas facetas de um camaleão ideológico. Indicam, ade-

303. "O poder dos bancos não declinou apenas em virtude da importância do autofinanciamento; em larga medida, os bancos foram também substituídos pelas instituições financeiras públicas e pelos agentes institucionais (instituições de poupança e companhias de seguro [em grande medida controlados pelo Estado FMJ])" (Neumann, 1966: 325).

304. "A prosperidade real, de dimensões gigantescas, veio apenas com a guerra, quando os bancos recolheram seu quinhão na pilhagem de ativos nos territórios ocupados" (Barkai, 1990: 217).

mais, as intenções explícitas do Reich em canalizar as poupanças privadas para o financiamento do gasto público: "Para um alemão, não existe destino melhor e mais útil para suas poupanças do que colocá-las à disposição do Reich, como um empréstimo para a realização dos projetos de criação de emprego. (...) Dessa forma, reunindo suas poupanças para esta tarefa urgente, e salvaguardando seus interesses, cada indivíduo deverá contribuir para que o gigantesco trabalho de reconstrução do Führer seja continuado e concluído" (Barkai, 1990: 206).

O financiamento dos gastos públicos não se apoiou apenas na expansão da dívida pública. Como se observa na Tabela 8.2, a arrecadação tributária cresceu 160% entre 1933 e 1938, com especial destaque para o imposto de renda, cuja participação no total das receitas saltou de 22% para 44% no período (Mitchell, 1992: 819). A elevação dos tributos sobre a renda cumpriu um duplo objetivo: ao mesmo tempo em que carregou recursos para o Estado, manteve a renda disponível para o consumo dentro de limites estreitos. Na verdade, a expansão do consumo (com a exceção explícita da indústria automobilística) nunca foi o objetivo estratégico do nacional-socialismo. A recuperação da economia alemã sob o nazismo produziu a singular combinação entre pleno emprego progressivo, redução das taxas de juros, estagnação do crédito, estabilidade de preços, salários reais decrescentes e contenção do consumo. O crescimento da economia, de sua parte, redundou em proporções da arrecadação tributária e da dívida pública sobre a renda nacional que, apesar de crescentes, não chegaram a alcançar níveis alarmantes. Somente com a eclosão da guerra é que isso ocorreria. O crescimento da oferta de moeda entre 1933 e 1938, da mesma forma, foi longe de ser significativo, até porque os depósitos bancários permaneceram virtualmente constantes — quando não decrescentes — ao longo do período.

Uma modalidade alternativa de financiamento — sobretudo dos gastos com o rearmamento — foi a criação das *MEFO bills*, inspiradas, como já se mencionou, no Plano Gereke de 1932. Do ponto de vista substantivo, as *MEFO bills* não foram senão uma forma velada de expansão monetária ou de ampliação da dívida pública. A engenhosidade do mecanismo construído por Schacht (Barkai: 1990: 165-7; Schacht: 199: 385-7) foi a de ter permitido que as restrições estatutárias do Reichsbank pudessem ser contornadas. O desconto de títulos públicos pelo Reichsbank (emissão monetária, *strictu sensu*) estava submetido a limites rigorosamente estabelecidos. Já as restrições à carteira de títulos privados nos ativos do Reichsbank eram

mais brandas. Foi criada, então, uma companhia privada fictícia,³⁰⁵ com o capital de 1 milhão de marcos, que passou a emitir letras privadas (*MEFO bills*). Com base nas relações formais e umbilicais estabelecidas entre o governo e a companhia (havia representantes do Reichsbank e do Ministério da Guerra em seu *board*), parcela significativa das encomendas militares passou a ser paga em *MEFO bills*. O caráter nitidamente público da operação financeira residia no fato de que os títulos poderiam ser descontados pelo Reichsbank. Formalmente, os títulos *MEFO* eram privados; a garantia do Reichsbank, contudo, convertia-os em títulos públicos.

TABELA 8.2
ALEMANHA: CONTAS PÚBLICAS E OFERTA DE MOEDA (1933-38)
[BILHÕES DE RM]

	Receitas do Governo Central	Despesas do Governo Central	Dívida pública*	Receitas / Renda nacional** (%)	Dívida / Renda nacional** (%)	Oferta de moeda*
1933	6,8	8,9	13,9	16,0	32,7	13,9
1934	8,2	12,6	15,9	16,7	32,4	15,7
1935	9,6	14,1	20,1	17,4	36,3	16,7
1936	11,4	17,3	25,8	18,4	41,5	18,1
1937	13,9	21,4	31,2	19,9	44,6	20,0
1938	17,7	32,9	41,7	22,6	53,3	23,7

Fontes: Overy (1996: 43); Barkai (1990: 257).

* Não inclui as *MEFO bills*.

** As estimativas da renda nacional de Barkai, aqui utilizadas, não coincidem com as apresentadas por Mitchell (1992: 894).

As *MEFO bills* pagavam 4% de juros ao ano e, dada a cobertura do Reichsbank, passaram a ter ampla aceitação. As empresas contratadas para produzir armamentos recebiam em *MEFO bills* e pagavam seus fornecedores com a mesma "moeda". Calcula-se que, em média, cerca de um terço das *MEFO bills* emitidas foram levadas a desconto no Reichsbank. A parcela de títulos não descontada cumpria as funções típicas de um ativo financeiro ou era diretamente utilizada nas transações comerciais como "quase moeda". Entre 1934 e 1937, o valor das emissões das *MEFO bills* totalizou 12 bilhões de RM, o que representou aproximadamente 40%

305. A Metall-Forschungs A. G. foi criada em agosto de 1933, com a participação das quatro grandes empresas líderes da metalurgia alemã: Krupp, Siemens, Rheinmetall e Gutehoffnungshütte.

das despesas com rearmamento realizadas no período (Barkai, 1990: 260). Dessa forma, parcela significativa das despesas militares foi realizada “em segredo”, já que a emissão das *MEFO bills* não constava das estatísticas oficiais dos orçamentos públicos ou do Reichsbank. A verdadeira dimensão do déficit público, da dívida pública, da expansão monetária e das despesas militares foi escamoteada pelas *MEFO bills*: “a técnica parece ter alcançado seu objetivo de ocultar os gastos com o rearmamento e o déficit público” (Barkai, 1990: 167).

Schacht cumpriu, assim, seu compromisso com Hitler: através das garantias apostas às *MEFO bills*, o Reichsbank foi efetivamente mobilizado na luta contra o desemprego. O experimento foi nitidamente heterodoxo, como heterodoxas foram as iniciativas empreendidas no âmbito do Novo Plano de 1934 (a serem discutidas mais adiante). Em sua defesa contra os “fanáticos da desnazificação”, que acusaram o sistema *MEFO* de “desonesto e ilegal”, Schacht (1999: 386-7) se valeu das conclusões do Tribunal Administrativo Superior de Hamburgo: “o Reichsbank mostrou bom senso (...) e tentou cumprir a função de um banco econômico moderno, através do financiamento de investimentos estatais”. Foi exatamente o que ocorreu com as *MEFO bills*: através delas, em um golpe ousado de Schacht, o Reichsbank transcendeu as funções clássicas da autoridade monetária e atuou explicitamente como um banco de fomento.

Destaque-se, por fim, um último aspecto da “economia de comando”: a imposição de taxas de juros mais reduzidas para o conjunto da economia. Através de manobras mal disfarçadamente compulsórias, entre 1933 e 1935, mais de 10 bilhões de RM em títulos da dívida emitidos pelos municípios e demais entes públicos foram substituídos por títulos com menor remuneração (da ordem de 4%). O controle sobre as taxas de juros tornou-se, então, absoluto. Foi possível, dessa forma, ampliar a capacidade de endividamento e gasto das demais esferas e instâncias do Estado. Observe-se que, nesse particular, a Alemanha não fez senão acompanhar o exemplo da Inglaterra. Passadas as turbulências e os temores iniciais decorrentes da desvalorização da libra, a *discount rate* foi reduzida para 2% a partir de junho de 1932. Foi promovida, então, a maciça troca dos títulos da dívida pública (a *coupons* inferiores), o que redundou na expressiva redução do serviço da dívida entre 1932 e 1935 (Aldcroft, 1986: 54). A ação dos nazistas, ademais, foi incisiva na redução das taxas de juros incidentes sobre as hipotecas. Através de uma lei aprovada em 1936, os credores foram obrigados a estabelecer negociações com os devedores, de modo a reduzir a

carga do endividamento. Se as negociações não resultassem em um acordo, a questão seria encaminhada a um tribunal com poderes discricionários para arbitrar a nova taxa de juros. Previsivelmente, as publicações nazistas saudaram a lei como mais um triunfo do nacional-socialismo contra a “escravidão dos juros” (Barkai, 1990: 204).

CARACTERÍSTICAS DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

O impacto das ações do Estado sobre o setor privado foi diferenciado. Assinale-se, em primeiro lugar, o apoio à agricultura. Mais de 9,3 milhões de alemães — cerca de 30% da população economicamente ativa — encontravam-se vinculados à agricultura em 1933 (Mitchell, 1992: 146), e seus votos foram decisivos para a condução dos nazistas ao poder. Os firmes compromissos do nacional-socialismo com a agricultura prontamente se traduziram em medidas que produziram resultados imediatos: através da garantia de preços mínimos, da suavização da carga tributária, da redução do peso do endividamento e do reescalonamento dos débitos, a renda agrícola cresceu 17% em 1933 e 16% em 1934, níveis claramente superiores aos dos demais setores da economia (Overy, 1996: 29). Em 1935 a produção agrícola já era 50% superior à de 1928-29. Os estímulos e a proteção concedidos ao setor permitiram que, a partir de 1933, aumentasse significativamente a autossuficiência da Alemanha na oferta de produtos alimentares (Barkai, 1990: 254).

Em relação à indústria, foi nítida a preponderância atribuída pelos nazistas à expansão do setor de bens de produção: “o primeiro fato a ser observado no padrão da demanda na economia alemã a partir de 1933 é a mudança da demanda de bens de consumo para a demanda de bens de capital e matérias-primas industriais” (Overy, 1996: 28). O contraponto com o New Deal foi, aqui, explícito: enquanto na Alemanha o consumo pessoal cresceu 15,6% entre 1932 e 1936, nos EUA o crescimento do consumo entre 1933 e 1936 foi de 35,5% (Barkai, 1990: 250; Hughes & Cain, 2003: 465). A estratégia econômica do nazismo em momento algum buscou privilegiar a produção de bens de consumo. Se era prioritário eliminar o desemprego, alimentar a população, reerguer a economia, rearmar o país e se libertar da “escravidão dos juros”, o consumo pessoal dos trabalhadores deveria permanecer, contudo, dentro de limites estreitos. A própria política salarial foi conduzida nessa direção, mais uma vez em clara contraposição com a estratégia do New Deal.

A observação da Tabela 8.3 indica a defasagem relativa da produção de bens de consumo (calçados, têxteis e equipamentos domésticos), entre 1933 e 1938, em relação aos demais ramos industriais. O desenvolvimento da indústria automobilística, nesse contexto, deve ser tratado como um caso rigorosamente especial. Segundo Overy (1996: 29; 52), o "setor industrial pesado" cresceu cerca de 200% entre 1932 e 1938, enquanto a produção de bens de consumo se expandiu em apenas 38% no mesmo período.

TABELA 8.3

ALEMANHA: ÍNDICE DE PRODUÇÃO PARA INDÚSTRIAS SELECIONADAS (1928-38)

1928 = 100

	1932	1933	1935	1938
Carvão	69,4	72,7	94,8	123,0
Ferro	33,3	44,5	108,8	154,3
Aço	39,3	52,2	112,6	162,2
Veículos de passageiros	28,6	59,7	136,1	200,7
Veículos comerciais	22,9	40,7	121,7	200,7
Energia elétrica	76,5	83,7	116,3	175,9
Máquinas sob encomenda	32,8	39,1	111,8	166,7
Química	50,9	58,5	79,5	127,0
Calçados	85,3	101,5	101,7	118,5
Têxteis	79,2	90,5	91,0	107,5
Equipamentos domésticos	69,6	70,5	80,4	113,6

Fonte: Overy (1996:53).

No que se refere aos salários, o dismantelamento dos sindicatos em maio de 1933 inaugurou uma nova fase nas relações entre o capital e o trabalho na Alemanha. Durante a República de Weimar, a força dos sindicatos ligados aos ramos mais avançados da indústria alemã permitiu que os trabalhadores da "aristocracia operária" alcançassem ganhos reais de salários e melhorias sensíveis nas condições de trabalho. Fundamentalmente vinculados à social-democracia e aos comunistas, os sindicatos representavam uma voz política atuante no contexto político alemão. Seus interesses, e seus votos, em nenhum momento podiam ser desconsiderados. A presença ativa dos sindicatos na vida política alemã fez com que vários estudiosos chegassem a assinalar um imaginado "viés trabalhista" em Weimar. Para Overy (1996: 9), "um argumento amplamente difundido é que o sistema de Weimar era in-

clinado em favor dos trabalhadores, cujo potencial revolucionário deveria ser neutralizado através de altos salários e benefícios sociais (...). Alguns historiadores econômicos foram mais além e atribuíram ao crescimento real dos salários o *profit squeeze* que teria precipitado o início da depressão na Alemanha. Se essa explicação para a *crisis before the crisis* é obviamente discutível, o que não se pode discutir é o fato de que os nazistas deliberadamente praticaram o *wage freeze* ou o *wage squeeze*. A dizimação dos sindicatos contou com o apoio entusiástico da indústria pesada alemã, aproximou suas lideranças para o campo do nazismo e eliminou do cenário político aquele que era entendido, pelas forças conservadoras, como o seu principal foco de instabilidade. Se é uma impropriedade caracterizar o nazismo como o "braço político do grande capital monopolista alemão", não há dúvida de que o congelamento dos salários nominais representou uma medida que veio ao encontro dos interesses de segmentos relevantes da indústria alemã.

TABELA 8.4

ALEMANHA: SALÁRIOS E CONSUMO PESSOAL (1928-38)

	Salários reais 1913-14 = 100	Salários nominais 1913-14 = 100	Salários em % da renda nacional	Consumo privado em % da renda nacional
1928	110	168	62	71
1930	122	180	-	-
1931	125	171	-	-
1932	120	144	64	83
1933	119	140	63	81
1934	116	140	62	76
1935	114	140	61	71
1936	112	140	59	64
1937	112	140	58	62
1938	112	141	57	59

Fonte: Overy (1996: 32).

Os dados apresentados na Tabela 8.4 indicam o nítido declínio dos salários e do consumo privado em proporção à renda nacional entre 1933 e 1938. O que se percebe, dessa maneira, é que a política salarial inibiu o crescimento da massa salarial decorrente da expansão do emprego. Se o desemprego foi eliminado, a remuneração dos trabalhadores, de sua parte,

permaneceu limitada. Esse resultado se associa à fraca *performance* relativa do setor de bens de consumo popular. Na verdade, a expansão do setor de bens de produção foi uma meta estratégica buscada conscientemente pelos nazistas, sobretudo a partir de 1936. O fortalecimento militar da Alemanha passava inexoravelmente pelo desenvolvimento da siderurgia, da química, da metal-mecânica e das indústrias ligadas à fabricação de equipamentos elétricos. Exceção feita aos estímulos concedidos à indústria automobilística, os setores de base tiveram a primazia das atenções sob o nacional-socialismo, particularmente após a introdução do Plano Göring.

A lógica da expansão industrial sob o nazismo configurou um padrão muito claro: o investimento público se elevou de modo persistente a partir de 1933 e arrastou consigo o investimento privado, que cresceu de modo sistemático a partir de então (Tabela 8.5). A relação entre o investimento privado e a renda nacional, que era de 7,5% em 1933, saltou para 15,6% em 1938. Mais uma vez, assinala-se o contraponto em relação ao New Deal: nesse caso, o caráter oscilante da recuperação, sobretudo em virtude das vicissitudes associadas à recessão de 1937-38, impediu que a formação privada de capital fixo alcançasse as proporções observadas na Alemanha. Enquanto o crescimento industrial dos EUA com Roosevelt foi descontínuo e distribuído entre os distintos setores da indústria, na Alemanha nazista a expansão foi contínua e concentrada progressivamente no setor de bens de produção.

TABELA 8.5
ALEMANHA: INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO (1928-38)
BILHÕES DE RM

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Investimento público	6,6	2,2	2,5	4,6	6,4	8,1	8,4	10,3
Investimento privado	9,7	0,3	3,2	4,7	7,2	9,2	10,5	12,2
Investimento total	16,3	2,5	5,7	9,3	13,6	17,3	18,9	22,5

Fonte: Overy (1996:34).

Se o desenvolvimento das indústrias de base sempre foi o objetivo último dos nazistas, a luta tenaz contra o desemprego impôs, logo de início, o tratamento diferenciado para dois setores: a construção residencial e a indústria automobilística. No primeiro caso, através de empréstimos e subsídios, foi possível alcançar resultados expressivos: entre 1933 e 1936, a construção

de novas residências saltou de 133.000 para 332.000. No mesmo período, o investimento no setor cresceu de 870 milhões de RM para 2,2 bilhões de RM. Em junho de 1934 o desemprego no setor já havia se reduzido em 75% (Overy, 2002: 62-3). A construção residencial foi beneficiada, ademais, pelos incentivos que os nazistas conferiram aos casais que contraiam matrimônio (como forma, inclusive, de induzir a retirada das mulheres do mercado de trabalho).³⁰⁶ A exemplo da Inglaterra a partir de 1932, a construção residencial na Alemanha cumpriu um papel importante na etapa inicial da recuperação econômica.

A indústria automobilística, de sua parte, contava com a especial consideração de Hitler: "assim como a arquitetura de Berlim, a difusão da propriedade de veículos automotores sempre despertou a atenção pessoal de Hitler, e ele há tempos acalentava o desejo de ser o instigador da motorização de massas na Alemanha, da mesma forma que Ford (a quem Hitler admirava) houvera sido nos EUA" (Overy 2002: 72). Nesse particular, havia uma clara defasagem da Alemanha, em relação à França e à Inglaterra, no desenvolvimento da produção automobilística. Em 1928, por exemplo, 40% dos carros vendidos na Alemanha ainda eram provenientes de importações (basicamente dos EUA). Até a depressão, a produção de veículos motorizados na França e na Inglaterra era equivalente. Entre 1925 e 1929, a produção alemã representava menos da metade da produção de cada um desses países. Os carros alemães eram mais caros, a malha rodoviária menos desenvolvida e a organização da indústria excessivamente pulverizada. A depressão derrubou o preço dos veículos, contraiu as importações e acelerou o processo de centralização industrial. Desde que se superassem os entraves da crise econômica, e que se tomassem as medidas de apoio adequadas, havia, portanto, um campo propício para o desenvolvimento da indústria automobilística alemã. O *catching up* era um processo factível, e a expectativa dos nazistas era que a "motorização" (*motorisierung*) produzisse estímulos generalizados sobre o conjunto da atividade econômica. A ideia da "centelha inicial", que precipitaria a recuperação, se aplicava de modo especialmente adequado à indústria automobilística.

306. No verão de 1933 foram concedidos empréstimos especiais aos jovens casais. Os empréstimos eram representados por certificados (de até 1.000 RM por casal) que deveriam ser gastos com a aquisição de mobiliário ou outros equipamentos de uso doméstico. Calcula-se que até o final de 1933 cerca de 1 bilhão de RM foram injetados na economia sob a forma dos "certificados de matrimônio", com efeitos positivos sobre a produção e o emprego das pequenas e médias indústrias ligadas à fabricação de bens de consumo doméstico (Overy, 1996: 30).

A redução do desemprego, na verdade, exigia a deflagração de uma teia articulada de investimentos que produzissem impactos duradouros sobre a criação de empregos. A “motorização” cumpriria essas funções à perfeição: quer pelos empregos diretos gerados na indústria automotiva e na construção rodoviária, quer pelos efeitos indiretos associados à produção de aço, vidro, borracha, partes e peças, componentes, serviços, petróleo e cimento — o crescimento da produção automobilística foi, desde o primeiro momento, enfaticamente saudado e ansiado pelos nazistas. A “Batalha pelo Emprego” encontrou na *Motorisierung* uma de suas principais armas: nas palavras de Hitler, “a *Motorisierung*, é, de fato e ao mesmo tempo, uma luta contra o desemprego e uma luta em favor da criação de empregos” [sic] (Overy, 2002: 80).

Os estímulos à indústria automobilística decorreram de duas ações essenciais no plano fiscal: o direcionamento do gasto público para a construção e melhoria das rodovias e a redução da carga tributária incidente sobre os veículos. A construção rodoviária absorveu a maior parcela dos recursos destinados aos programas emergenciais de criação de emprego: “uma vez no poder, o regime nazista utilizou a construção rodoviária como um elemento central da ‘Batalha pelo Emprego’ conduzida pelo Estado. Cerca de 60% dos recursos liberados para os programas oficiais de criação de emprego, entre 1933 e 1935, foram destinados aos projetos em transportes, basicamente para a construção e conservação de rodovias” (Overy 2002: 77). Em 1934 foi lançado o Autobahnen, destinado a ampliar a malha rodoviária e a encorajar o uso difundido dos veículos motorizados na Alemanha. Os gastos com a construção rodoviária permaneceram elevados até a eclosão da guerra. Os incentivos fiscais, de sua parte, redundaram no barateamento do preço dos veículos. Tais preços já apresentavam uma trajetória descendente desde 1926 e sofreram inevitavelmente os efeitos da depressão. Através da redução da “cunha fiscal”, os nazistas conseguiram reduzir mais ainda o preço dos veículos, de modo que, entre junho de 1932 e junho de 1936, o preço dos automóveis caiu cerca de 20%.

O resultado foi a acelerada expansão da produção automobilística. Na avaliação de Overy (2002: 63), “se fosse possível destacar um único setor que auxiliou a arrancar a economia industrial alemã da recessão em 1933 e 1934, a indústria automobilística seria a candidata favorita”. Calcula-se que o conjunto das atividades relacionadas à produção de veículos automotivos e à construção de rodovias tenha sido responsável pela criação de mais de um milhão de empregos ao ano em meados da década (Overy, 2002: 82-3).

A propaganda nazista saudou entusiasticamente esses resultados. Fortemente capitalizadas, e contando com o decidido apoio oficial, as grandes empresas da indústria, já em fins de 1935, estavam com mais de 90% de sua capacidade utilizada. A construção de novas plantas e a ampliação das plantas existentes se fizeram, fundamentalmente, com a utilização dos recursos próprios da indústria. Os dados apresentados na Tabela 8.6 revelam como, entre 1933 e 1938, a indústria automobilística alemã se expandiu de modo destacado no contexto europeu. A partir de 1934, apenas a Inglaterra ultrapassava a Alemanha na produção de carros e veículos comerciais, mas o diferencial entre o nível de produção dos dois países se reduziu ano após ano, até a eclosão da guerra. Mesmo ao longo da guerra o “sonho automobilístico” de Hitler permaneceu vivo: a Volkswagen foi criada em 1940, e os planos previam que se produzissem 1,5 milhão de carros a partir de 1942, nível mais de cinco vezes superior à fabricação de automóveis na Alemanha em 1938.

TABELA 8.6
PRODUÇÃO DE AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS COMERCIAIS
EM PAÍSES SELECIONADOS (1931-38)

1.000 UNIDADES

	1931	1933	1934	1935	1936	1937	1938
França	197	189	181	165	204	201	227
Alemanha	70	118	186	248	303	331	340
Itália	30	40	45	48	45	71	67
Inglaterra	225	286	342	404	461	507	447

Fonte: Overy (2002: 71).

Os estímulos que os nazistas conferiram à produção automotiva resultaram, assim, de uma série de considerações estratégicas. Em primeiro lugar, por se tratar de setor com poderosos nexos interindustriais (*backward e forward linkages*), sua expansão foi considerada vital para a redução do desemprego. A sua associação com a construção rodoviária, nesse particular, era relevante. Em segundo lugar, por se tratar de uma indústria com amplo potencial de crescimento, sua expansão não configurava apenas a “centelha” que daria início ao processo de recuperação. Estava claro que as altas taxas de investimento da indústria automotiva teriam efeitos decisivos sobre a própria sustentação do crescimento econômico, o que, de fato, ocorreu. Em terceiro lugar, a ampliação da malha

rodoviária e a atualização de uma indústria com tamanho poder de encaideamento eram metas que não necessariamente colidiam com o objetivo último do rearmamento. Em um sentido mais amplo, o rearmamento não significava apenas a produção de armas, munições ou veículos militares. Ele também supunha a modernização da rede de transportes, a expansão da siderurgia, a capacitação tecnológica, a introdução de novos modelos de gestão e a elevação da produtividade agrícola através da disseminação do uso de tratores. Tais atributos estavam presentes na indústria automobilística. Por fim, ao buscar a difusão do “padrão automobilístico”, acompanhando os passos da Inglaterra, a Alemanha dava um exemplo concreto de afirmação nacional, particularmente importante para o reconhecimento e a lealdade de amplos segmentos da sociedade alemã às realizações do nazismo.

O “NOVO PLANO” DE SCHACHT E O II PLANO QUADRIENAL DE GÖRING

Resta considerar a questão das relações externas da economia alemã sob o nazismo. Em 1928 a soma das exportações e importações alemãs totalizou 26,6 bilhões de RM. Em 1932 esse total caiu para 10,4 bilhões de RM. O fim das reparações anunciado na Conferência de Lausanne em 1932 foi apenas o reconhecimento formal da incapacidade prática da Alemanha em permanecer submetida a uma carga de compromissos insustentável. Mas, além das reparações, também o endividamento externo sufocava a economia alemã. Na esteira do Plano Dawes de 1924, a Alemanha foi inundada pelos capitais externos (sobretudo norte-americanos) que invadiram sua economia até meados de 1928. Em meio à contração do comércio internacional, ao colapso de suas exportações, às desvalorizações competitivas e à escalada protecionista, a Alemanha não tinha nenhuma condição de honrar seus compromissos externos.

Coube a Schacht, em maio de 1933, a delicada tarefa de comunicar a Roosevelt a suspensão dos pagamentos da dívida externa alemã. A descrição de sua reunião com o Presidente dos EUA (Schacht, 1999: 378) é digna de registro:

Comecei a preparar Roosevelt lentamente para o fato de que, mesmo com a extinção das reparações, seria impossível que a Alemanha continuasse pagando juros e amortizando em moe-

da estrangeira os empréstimos que, apesar de minha advertência, haviam sido concedidos ao nosso país (...).

Depois que havia preparado Roosevelt com cuidado para a situação alemã, peguei o touro pelos chifres em uma conversa que aconteceu em sua sala e da qual participaram o ministro do Exterior Cordell Hull e nosso embaixador alemão dr. Luther. Declarei abertamente que a Alemanha provavelmente em breve ver-se-ia forçada a interromper o pagamento de juros pelos empréstimos americanos. Cordell Hull ficou nervoso. O embaixador Luther escorregava para lá e para cá na cadeira. Eu mesmo esperei uma explosão hostil do presidente. Para minha surpresa, nada disso aconteceu. Roosevelt bateu ruidosamente com a mão na coxa e exclamou rindo:

— É benfeito para os banqueiros da Wall Street.

A declaração da moratória se fez acompanhar da criação da Caixa de Conversão em junho de 1933. Destaque-se, de início, que Schacht manteve inalterada a paridade entre o marco e o ouro (Belluzzo, 2004: 50). Isso significou a apreciação do marco em relação à libra e ao dólar, já que a Inglaterra e os EUA haviam desvalorizado suas moedas em 1931 e 1933. Do ponto de vista dos devedores alemães, portanto, a sobrevalorização cambial representou a redução da carga efetiva do endividamento externo. Os devedores alemães pagavam suas dívidas com os marcos valorizados. Os marcos eram depositados na Caixa de Conversão. A transferência do equivalente em divisas para o exterior, entretanto, havia sido bloqueada em virtude da suspensão dos pagamentos em moeda estrangeira. Os credores da Alemanha, contudo, poderiam se valer dos marcos depositados na Caixa de Conversão a que tinham direito para realizar gastos na Alemanha (turismo, investimentos, aquisição de bens etc.). Desse modo, Schacht, a um só tempo, aliviou a carga de compromissos externos dos devedores locais (através da apreciação cambial), promoveu a economia compulsória de divisas (através da moratória) e criou estímulos ao gasto dos estrangeiros na Alemanha (através da permissão para a utilização dos marcos depositados na Caixa de Conversão).

A apreciação cambial, contudo, penalizava as exportações alemãs. Apesar dos estímulos concedidos à agricultura, a Alemanha era dependente das importações para o provisionamento adequado da oferta de matérias-primas e alimentos. A sustentação das exportações, portanto, era essencial para

viabilizar a recuperação econômica pretendida pelos nazistas. Como, contudo, manter as exportações em um contexto internacional desfavorável, com o câmbio apreciado e com a Alemanha inadimplente em seus compromissos externos? Hitler, mais uma vez, valeu-se dos serviços de Schacht. Em 2 de agosto de 1934, mesmo dia da morte de Hindenburg, e um mês após o selvagem episódio da Noite das Facas Longas, Schacht assumiu o Ministério da Economia.

A alternativa encontrada por Schacht foi a rigorosa centralização cambial e a formalização de acordos bilaterais.³⁰⁷ O "Novo Plano" foi lançado em 24/9/1934, e seu traço característico foi a introdução das "contas de compensação", que dispensavam a utilização das divisas. A Alemanha firmava acordos bilaterais com os países interessados, e as exportações e importações eram reguladas caso a caso, em contas específicas de débito e crédito. Se a Alemanha, por exemplo, exportasse o equivalente a 200 milhões de RM para a Grécia, e dela importasse o equivalente a 120 milhões de RM, a Alemanha manteria um crédito de 80 milhões de RM, passível de ser utilizado através de importações adicionais no mesmo valor. Para cada país haveria, assim, um "contrato de compensação" particular. Na avaliação de Schacht (1999: 399), "na primavera de 1938 tínhamos esses contratos de compensação com nada menos que 25 países, de forma que mais da metade do comércio exterior alemão acontecia por esses canais. Através desse sistema de comércio bilateral conseguiu-se atender à demanda alemã de matérias-primas e alimentos".

A utilização e a livre movimentação das divisas foram suprimidas da economia alemã. As importações foram submetidas a uma seleção rigorosa e a centralização cambial foi imposta de modo draconiano. Os pagamentos em "moedas fortes" passaram a depender da autorização e do controle estritos do Reichsbank: "o 'Plano' impunha uma brutal centralização do câmbio. Qualquer transação em moeda estrangeira ou pagamento de dívida não poderia ser efetuada diretamente entre residentes e não residentes. Tudo tinha de passar pelo controle e pela permissão da burocracia do Reichsbank. A violação dessas normas era considerada 'crime de alta traição à

307. A alternativa "estrutural", reivindicada por Schacht desde os anos 1920, sempre foi a exploração econômica dos antigos territórios ultramarinos. Ainda em abril de 1937, em uma visita ao rei da Bélgica, Schacht declarou que "só vejo uma solução pacífica para a obtenção de nossa autonomia quanto a matérias-primas e alimentos: se nos for atribuído novamente um campo de ação no ultramar, no qual possamos trabalhar com meios próprios e sem impedimentos" (Schacht, 1999: 452).

Mãe-Pátria" (Belluzzo, 2004: 49).³⁰⁸ Como se observa na Tabela 8.7, graças à centralização cambial e aos acordos bilaterais, a balança comercial da Alemanha — apesar da notória contração dos valores transacionados em relação a 1928 — permaneceu equilibrada entre 1934 e 1938:

TABELA 8.7

ALEMANHA: COMÉRCIO EXTERIOR (1928, 1932-38)

BILHÕES DE RM

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Exportações	12,3	5,7	4,9	4,2	4,3	4,8	5,9	5,3
Importações	14,0	4,7	4,2	4,5	4,2	4,2	5,5	5,4
Saldo	-1,7	1,0	0,7	-0,3	0,1	0,6	0,4	-0,1

Fonte: Overy (1996: 27).

O "Novo Plano" redundou na aproximação comercial da Alemanha com o sudeste europeu, a América Latina, a Europa do norte, Egito e Turquia. Entre 1929 e 1938, a participação dessas regiões e países no comércio exterior alemão passou de 23% para 40% (Barkai, 1990: 255). Em consequência, os vínculos comerciais com os EUA e a Europa Ocidental tornaram-se mais débeis. Premida pela crise internacional e orientada pelos objetivos estratégicos do nazismo, a Alemanha se afastou progressivamente dos canais convencionais do comércio, procurou estabelecer um bloco comercial próprio e avançou rumo à crescente autarcização de sua economia.

Essa tendência se acentuou com o lançamento do II Plano Quadrienal em setembro de 1936. Sob o comando de Göring, criou-se uma estrutura paralela à burocracia ministerial, destinada a promover a autossuficiência da Alemanha em determinados produtos estratégicos: combustíveis, borracha sintética, aço, minério de ferro, alumínio e fibras sintéticas. Destaque-se que, entre fins de 1936 e o início de 1937, a economia alemã se aproximava rapidamente do pleno emprego. Em abril de 1937, o desemprego registrado era inferior a um milhão de trabalhadores. Os gargalos na oferta de matérias-primas e insumos básicos começavam a se tornar nítidos, e as dificuldades no recrutamento de mão de obra qualificada já se tornavam perceptíveis. Foi esse o momento em que Hitler decidiu definitivamente pela expansão do rearmamento.

308. Segundo Belluzzo (2004: 49), "Keynes reconhece ter se inspirado no 'Plano Alemão' para formular a sua proposta da *Clearing Union*, apresentada nas negociações de reforma que antecederam a reunião de Bretton Woods".

A decisão de expandir o rearmamento em um contexto de alta utilização da capacidade produtiva, *shortages* de matérias-primas (apesar do sucesso dos acordos bilaterais de Schacht) e escassez relativa de força de trabalho qualificada, expôs a economia alemã a tensões inevitáveis. Essas tensões só puderam ser contornadas mediante a imposição de um arsenal de controles cada vez mais estritos. Não só os preços foram submetidos a rigorosos controles. Determinou-se, também, a proibição explícita a quaisquer elevações de salários. A transferência de emprego dos trabalhadores foi severamente limitada. Foi proibida a utilização de determinadas matérias-primas (níquel, cobre etc.) para a produção de bens de consumo. A juventude foi mobilizada para auxiliar nas colheitas agrícolas. A comercialização de determinados produtos agrícolas (trigo e centeio) passou a se dar exclusivamente através dos canais oficiais. A própria alimentação dos rebanhos passou a ser monitorada pelas autoridades agrícolas. A economia alemã converteu-se em um motor operando no limite de sua capacidade. Os controles estabelecidos exigiam a imposição de novos controles, e a ingerência do Partido em todas as instâncias da vida econômica transformaram Göring no autêntico ditador da economia. Em novembro de 1937 Göring substituiu Schacht no comando do Ministério da Economia, e em janeiro de 1938 indicou Walter Funk, um homem de sua estrita confiança, para o cargo. O próprio Funk iria substituir Schacht na Presidência do Reichsbank em janeiro de 1939.

TABELA 8.8

ALEMANHA: PRODUÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS ESTRATÉGICAS (1936-39)

MILHÕES DE TONELADAS

	1936	1939	Varição %
Minério de ferro	2.259	3.928	73,9
Alumínio	95	194	104,2
Borracha sintética	1	22	
Fibras sintéticas	43	192	346,5
Gasolina para aviação	43	302	602,3
Gasolina	1.214	1.633	34,5

Fonte: Barkai (1990: 231).

Quais os resultados do II Plano Quadrienal? Na Tabela 8.1 observou-se que as despesas com o rearmamento saltaram de 5,4 bilhões de RM em 1935 para 17,2 bilhões em 1938. O direcionamento das despesas públicas

para os objetivos militares a partir de 1936 é um fato indisputado. Ao mesmo tempo, alguns objetivos específicos do II Plano Quadrienal parecem ter sido alcançados. Como se observa na Tabela 8.8, o crescimento da produção de matérias-primas estratégicas entre 1936 e 1939 foi expressivo.

Evidentemente, a economia não se resumia aos armamentos e às matérias-primas estratégicas. A avaliação de Overy (1996: 63-4) é que "após 1936, o governo estava ansioso em cortar o crescimento irrestrito da demanda de bens de consumo, em favor dos preparativos para a guerra. O declínio no crescimento do consumo afetou o conjunto do crescimento econômico (...). Foi essa mudança em direção às despesas militares, menos produtivas, que retardou o crescimento econômico após 1936-37". É necessário qualificar essas observações, pois elas podem sugerir que a economia alemã teria ingressado em uma trajetória de estagnação e crescentes restrições ao consumo a partir de 1936. Definitivamente, não foi esse o caso. A economia e o consumo continuaram a se expandir em 1937-39.

Como se observa na Tabela 8.9, o crescimento do PIB entre 1936 e 1939 foi inclusive superior ao observado entre 1933 e 1936 (32,2% vs. 26,8%). Na Tabela VIII.1 é feita uma comparação da evolução dos principais agregados econômicos entre 1934 e 1936 e 1936 e 1938,³⁰⁹ a partir das informações apresentadas por fontes distintas. A conclusão que decorre — qualquer que seja a fonte utilizada — é que o crescimento do PNB, do PIB e da renda nacional entre 1936 e 1938 foi equivalente, quando não superior, ao observado entre 1934 e 1936. A hipótese do arrefecimento do ritmo global de crescimento a partir da introdução do Plano Göring, portanto, não se sustenta. Já no caso da produção industrial, de fato houve uma desaceleração da taxa de crescimento: a utilização quase plena da capacidade, a opção irrestrita pelo rearmamento e os eventuais gargalos de matérias-primas e mão de obra qualificada redundaram na redução do ritmo de crescimento da produção industrial, de 28,2% entre 1934 e 1936 para 17,6% entre 1936 e 1938. A diferença entre os resultados agregados do produto e da renda e a performance da indústria se explica, fundamentalmente, pela escalada dos gastos públicos em 1937-38 (Tabela 8.2).

309. A exclusão do ano de 1933 foi feita de modo a permitir a comparação entre os dois triênios. A não inclusão de 1939 decorreu da ausência de informações disponíveis. Como o patamar da produção industrial em 1933 foi excepcionalmente baixo, a sua utilização como base de comparação redundou em variações excepcionalmente elevadas. Assim, o crescimento da produção industrial entre 1933 e 1936 foi de 62,5%, variação mais de duas vezes superior à observada no período 1934-36.

TABELA 8.9

ALEMANHA: CRESCIMENTO DO PIB E DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (1932-39)

1937 = 100

	Índice da produção industrial	Índice do PIB
1932	50	66
1933	56	71
1934	71	77
1935	82	83
1936	91	90
1937	100	100
1938	107	110
1939	113	119

Fontes: Produção Industrial, Mitchell (1992: 411). PIB, Maddison, (1991: 213).

O consumo, em termos *absolutos*, *continuou a se expandir* entre 1936 e 1939. Segundo Barkai (1990: 232), o índice da produção de bens de consumo cresceu 8% no período. Os dados da Tabela 8.3, inclusive, mostram que a produção de calçados, produtos têxteis e equipamentos de uso doméstico cresceu a um ritmo mais elevado entre 1935 e 1938, em relação a 1933 e 1935. O rearmamento, portanto, não se fez às expensas da severa limitação quantitativa do consumo. O que se pode afirmar com segurança é que, a partir do II Plano Quadrienal, a taxa de crescimento da produção de bens de consumo foi inferior à taxa de crescimento da produção de bens de capital e matérias-primas básicas. O rearmamento, já se observou, sempre foi o objetivo estratégico de Hitler e dos nazistas. O mesmo supunha o desenvolvimento do setor de bens de produção a um ritmo mais acelerado que o do setor de bens-salário. Os nazistas, contudo, nunca almejavam a contração do consumo, mas sim sua contenção e ordenamento. A própria contenção não excluía a intenção de promover a difusão massificada de equipamentos de uso durável, o que inquestionavelmente reforçaria os laços de lealdade de amplas camadas da população com o nazismo. O carro popular, o rádio popular, o trator popular, o refrigerador popular foram projetos cuidadosamente explorados pela propaganda nazista. Se foram ou não implantados, a questão sempre remeteu às próprias vicissitudes do rearmamento. Quando o rearmamento permitia, os projetos eram levados

adiante; caso contrário eram postergados, mas nunca abandonados. As conclusões de Barkai (1990: 232) são precisas: "não há dúvida de que a produção industrial, direta ou indiretamente associada ao rearmamento, tinha a preferência dos nazistas antes mesmo da guerra, mas apenas em escassa medida às expensas do consumo civil corrente, embora o crescimento deste tenha se reduzido".

Foi a *qualidade* do crescimento que se transformou com o lançamento do II Plano Quadrienal. Com a economia já premida pela sobreutilização da capacidade, a decisão irrestrita pela militarização redundou em agudas pressões econômicas e políticas. O arsenal de regulamentações e controles, a crescente ingerência do Partido nas atividades econômicas, a superposição de instâncias burocráticas, o direcionamento suspeito dos contratos e encomendas, a busca a qualquer preço da autossuficiência na produção de matérias-primas básicas, a criação do complexo estatal Hermann Göring Werke (abrangendo desconexamente a produção de máquinas, a mineração e a construção naval), entre outros aspectos — seguramente redundaram em ineficiências, desperdícios e performances duvidosas de produtividade. A própria inflação permaneceu velada por conta dos controles estabelecidos.

Não se deve desconsiderar, contudo, um fato essencial: a anexação da Áustria, a ocupação da Tchecoslováquia, a invasão da Polônia, Bélgica, Holanda e França e as pressões sobre a Suécia ampliaram enormemente as potencialidades da economia alemã. O que os analistas denominaram como "rearmamento em extensão" da Alemanha se combinava com a estratégia da guerra rápida (*blitzkrieg*). No limite não seria necessário promover o "rearmamento em profundidade": as conquistas militares relâmpago se incumbiriam de preencher as eventuais lacunas materiais da economia e da indústria alemãs. De fato, os "espólios da guerra" suavizaram as restrições iniciais, e a Alemanha pôde contar com a provisão adicional de quantidades significativas de alimentos, matérias-primas e armamentos nos territórios ocupados: "Os alemães, inclusive, usufruíram da abundância, quando os espólios da guerra foram removidos dos territórios ocupados. (...) Os alemães imediatamente se apropriaram de todos os estoques de matérias-primas (...) nos países ocupados e transferiram-nos em largas quantidades à Alemanha (...). Quantidades substanciais de produtos obtidos dessa maneira foram essenciais para aliviar os sérios constrangimentos da indústria alemã durante a guerra" (Barkai, 1990: 234). Foi assim que, através da guerra rápida, a Alemanha se preparou, ao mesmo tempo, para a guerra longa.

O nazismo nasceu das entranhas da Grande Depressão. A dramaticidade da crise experimentada pela Alemanha na República de Weimar conduziu Hitler ao poder. Sua primeira missão foi a luta obstinada contra o desemprego. Nessa luta, os preceitos liberais — aos quais o nazismo nunca se ateve — foram peremptoriamente desconsiderados. O nazismo desprezava o liberalismo com a mesma energia que repudiava o bolchevismo. A economia, sob o comando de Hitler, foi posta a serviço da política. A ideia do “primado da política” enunciada por Mason, e abraçada por Overy e Barkai, é, sem dúvida, correta. Mas, na avaliação de Belluzzo (1995: 11), o nazismo não apenas exprimiu o primado da política. Ele representou, na verdade, a vingança da política sobre a economia: “O fascismo teve muitas máscaras, mas é inegável que em sua essência ele representou o drama da vingança do político contra as pretensões de autonomia do econômico. Era preciso subtrair a produção e a troca de mercadorias ao império das normas emanadas do *'diktat'* do ganho monetário e submetê-las à vontade do Führer e às necessidades do povo. O regime econômico fascista foi um monstruoso movimento 'populista', uma rebelião contra a 'objetividade' das leis econômicas e suas consequências funestas sobre a vida dos indivíduos”.

Daí resulta que o nazismo não pode ser singelamente reduzido ao regime “eleito” pela grande burguesia alemã, na defesa de seus interesses imediatos. O nazismo se associou e sobrepôs a tais interesses: “o que é claro é que o Terceiro Reich não foi simplesmente um regime dos negócios que dava sustentação a um capitalismo autoritário; pelo contrário, ele se implantou reduzindo a autonomia da elite econômica e subordinando-a aos interesses do Estado Nazista” (Overy, 1996: 56). Foi exatamente por sua capacidade em se impor aos referidos interesses que o nazismo eliminou o desemprego. Ao estabelecer o controle discricionário sobre os fluxos financeiros privados, direcionando-os para o Estado, o nazismo promoveu a expansão deliberada dos gastos públicos. A elevação da dívida pública, nesse contexto, em momento algum representou uma ameaça à estabilidade econômica.

Até 1936 os gastos com o rearmamento se combinaram com os programas emergenciais de criação de emprego, com a construção rodoviária e com a expansão da indústria automobilística. Foi a partir do II Plano Quadrienal que a economia foi direcionada de modo explícito para a militari-

zação. Esta não se fez à custa da redução do consumo dos trabalhadores. Quando da invasão da Polônia, a chaga do desemprego de há muito havia sido suprimida. Apesar das inconseqüências do Plano, das eventuais restrições materiais e da ingerência descabida do Partido em todos os assuntos da vida econômica, os trabalhadores alemães viveram em uma situação incomparavelmente mais confortável sob o Plano Göring do que sob a gestão ortodoxa de Brüning.

A recuperação da economia alemã entre 1933 e 1939 foi incomparavelmente superior à das principais nações industrializadas. A França permaneceu no padrão-ouro até 1936, e somente a partir de então conheceu um breve sopro de crescimento. A Inglaterra se recuperou a taxas razoáveis a partir de 1932, mas foi incapaz de eliminar o drama do desemprego. Os EUA cresceram de modo expressivo com o New Deal, até que a recessão de 1937-38 impusesse uma pausa abrupta em sua trajetória expansiva. A Alemanha, pelo contrário, cresceu de modo sistemático e continuado até 1939. O sucesso de sua recuperação, contudo, culminou com a tragédia da guerra. Foi este, aliás, o desfecho desde o início pretendido pelos nazistas.

TABELA VIII.1

ALEMANHA: INDICADORES SELECIONADOS (1934-36, 1936-38)

DISCRIMINAÇÃO POR AUTORES

	1934-36 (%)	1936-38 (%)
Overy (1996: 24)		
PNB nominal	24,2	26,5
PNB (Preços 1928)	20,9	24,7
Renda nacional	24,6	24,8
Produção industrial	28,9	14,0
Mitchell (1992: 411)		
Produção industrial	28,2	17,6
Maddison (1991: 213)		
PIB	16,9	22,2
Barkai (1990: 257)		
Renda nacional	26,8	26,0

TABELA VIII.2

ALEMANHA: DESEMPREGO REGISTRADO MENSAL E MÉDIO (1933-39)

1.000

	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Janeiro	6.013	3.772	2.973	2.520	1.853	1.051	301
Fevereiro	6.000	3.372	2.764	2.514	1.610	946	196
Março	5.598	2.798	2.401	1.937	1.245	507	134
Abril	5.331	2.608	2.233	1.762	960	422	93
Mai	5.038	2.528	2.019	1.491	776	338	69
Junho	4.856	2.480	1.876	1.314	648	292	48
Julho	4.463	2.426	1.754	1.169	562	218	38
Agosto	4.124	2.397	1.706	1.098	509	178	33
Setembro	3.849	2.281	1.713	1.035	469	155	77
Outubro	3.744	2.226	1.828	1.177	501	163	79
Novembro	3.714	2.352	1.984	1.197	572	152	72
Dezembro	4.059	2.604	2.507	1.478	994	455	104
Média	4.804	2.718	2.151	1.592	912	429	104

Fonte: Overy (2002: 39).